



Fundação Universidade de Brasília

Reitor
Vice-Reitora

Ivan Marques de Toledo Camargo
Sônia Nair Bão

EDITORA



UnB

Diretora

Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino

Conselho Editorial

Angélica Madeira
Deborah Silva Santos
Denise Imbroisi
José Carlos Córdova Coutinho
Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino – *Pres.*
Neide Aparecida Gomes
Roberto Armando Ramos de Aguiar

ADOLESCÊNCIA E VIOLÊNCIA: INTERVENÇÕES E ESTUDOS CLÍNICOS, PSICOSSOCIAIS E EDUCACIONAIS

Organizadores

Deise Matos do Amparo
Sandra Francesca Conte de Almeida
Katia Tarouquella R. Brasil
Maria Inês Gandolfo Conceição
François Marty



Universidade de Brasília



50 1962
2012

Editora de publicações
Coordenação de produção gráfica
Revisão
Supervisão gráfica

• EQUIPE EDITORIAL

• Nathalie Letouzé Moreira
• Marcus Polo Rocha Duarte
• Sueli T. Melo, Meyre R. L. Nascimento
• Elmano Rodrigues Pinheiro

• Copyright © 2012 by
• Editora Universidade de Brasília

• Impresso no Brasil
• Direitos exclusivos para esta edição:
• Editora Universidade de Brasília
• SCS, quadra 2, bloco C, no 78, edifício OK,
• 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
• Telefone: (61) 3035-4200
• Fax: (61) 3035-4230
• Site: www.editora.unb.br
• E mail: contato@editora.unb.br

• **Liber Livro Ltda.**

• CLN Qd. 315, Bloco "B" Sala 15
• Asa Norte – 70774-520 – Brasília-DF
• Fone: (61) 3965-9667 / Fax: (61) 3965-9668
• editora@liberlivro.com.br
• www.liberlivro.com.br

Conselho editorial

• Bernardete A. Gatti; Iria Brzezinski; Maria Celia de Abreu;
• Osmar Favero; Pedro Demo, Rogério de Andrade Córdova;
• Sofia Lerche Vieira.

Capa e projeto gráfico

• Samuel Tabosa de Castro

• Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
• publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
• qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A234 Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais
e educacionais / [organização de] Deise Matos do Amparo... [et al.]. –
Brasília: Liber Livro e Editora Universidade de Brasília, 2012.
388 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7963-038-5
978-85-230-1047-8

1. Adolescência. 2. Violência. 3. Estudos Clínicos. 4. Adolescentes – Educação.
5. Adolescentes – Aspectos psicossociais. I. Amparo, Deise Matos do (org.).

CDU 316.62-053.6

APRESENTAÇÃO

A obra, organizada e escrita por pesquisadores brasileiros e franceses, de reconhecida competência nas suas áreas de atuação profissional e acadêmico-científica, apresenta estudos, pesquisas e intervenções nos campos da clínica, da educação e dos contextos sociais e jurídicos acerca das relações entre adolescência e violência.

A primeira parte do livro discute, desde uma perspectiva teórico-clínica, a psicopatologia do agir na adolescência focalizando, mais especificamente, o agir violento, as agressões sexuais, as transgressões e as experiências traumáticas de perda, que demandam ser escutadas, cuidadas e tratadas.

A segunda parte apresenta estudos e discussões nacionais e mundiais sobre a temática da violência nas escolas e sua relação com a adolescência, focalizando, sobretudo, a necessidade de reconstrução dos laços sociais, no cotidiano escolar, por meio de ações de prevenção, de intervenção e de enfrentamento das violências conduzidas por educadores, cuja formação deve privilegiar não somente competências técnico-profissionais mas visar, também, ao desenvolvimento pessoal e às relações intersubjetivas professor-alunos, no ambiente escolar.

As dimensões sociais, culturais e jurídicas e suas implicações nos atos violentos de adolescentes são estudadas e discutidas nas partes três e quatro do livro. Temas como violência e grupo, identidade e relações de gênero, transgressão e lei, intervenções familiares, psicossociais e jurídicas são debatidas, visando a uma maior compreensão das dimensões culturais presentes nas transgressões e nas passagens ao ato violento de adolescentes, nos diversos contextos sociais, e às funções e papel da rede de apoio social e jurídica no enfrentamento das violências.

Capítulo 11

FORMAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL ATRAVÉS DO ENSINO A DISTÂNCIA

Geraldo Caliman
Diógenes A. Bolwerk
Jussara R. C. Santos
Nelson G. Souza
Renato Thiel

Pedagogia social no Brasil: uma evolução recente

Os processos educativos têm sido sempre centralizados, no Brasil, naqueles relacionados ao sistema escolar. A demanda emergente das necessidades sociais, especialmente aquelas referentes à infância e à juventude trouxe à tona outros processos educativos igualmente significativos e influentes. Em muitos casos a população socialmente excluída, em particular crianças, adolescentes e jovens, encontra em organizações sociais e outros ambientes não formais o apoio indispensável para superar as suas condições de exclusão. São associações, clubes, obras sociais e uma variedade de experiências que viabilizam a educação por meio de metodologias, projetos e ações que incluem o esporte, o trabalho, o lazer, a cultura, a expressão, a arte. Em outras palavras, a escola é indispensável, mas não única nem suficiente, isto é, não se pode jogar sobre seus ombros toda a responsabilidade pela luta a favor da inclusão social.

Tais processos educacionais, que ocorrem não necessariamente nas escolas, mas principalmente fora delas, podendo com ela articular-se, têm se

constituído como um objeto privilegiado de aprofundamento da educação social. A pedagogia social sistematizada a partir de tal objeto manifesta-se como fruto de um estilo brasileiro de responder ao imperativo constitucional (art. 205) da educação como direito de todos e dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Em fins dos anos 1990 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 1) reconhece que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996; SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009).

A dimensão prática da educação social que não ocorre necessariamente “nas instituições de ensino e pesquisa” sempre foi muito intensa no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1970. A dimensão teórica da educação social, que há pouco mais de uma década parecia uma lacuna, passa a ser uma realidade a partir do esforço de sistematização teórica da pedagogia social no Brasil, utilizando-se das contribuições provenientes do seu desenvolvimento em países europeus como Espanha, Alemanha, Itália, Portugal e Finlândia.

Na introdução do livro *Pedagogia social* os autores organizadores afirmam que, “no Brasil, os contornos iniciais da pedagogia social circunscrevem o universo conhecido como Educação não formal, as práticas educativas desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não governamentais, programas e projetos sociais, sejam eles públicos ou privados” (SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009).

A pedagogia social passa a ser um avançado campo experimental da educação. No entanto como não basta a prática, a partir de certo momento sente-se a necessidade de desenvolver reflexões para além da prática, que façam uma ligação também com as teorias pedagógicas que fundamentam e alimentam o “que fazer” e o “como fazer” dos educadores sociais.

A reflexão teórica na linha da pedagogia social já estava presente mesmo na década de 1990, por meio da reflexão de diversos pesquisadores que publicaram pesquisas e desenvolveram metodologias no âmbito explícito da pedagogia social. Para lembrar somente alguns: Antonio Carlos Gomes da Costa com suas reflexões publicadas pelo Instituto Brasileiro de Pedagogia Social (IBPS) que sugeriam metodologias e tecnologias para a educação social (cf. *Brasil criança urgente*, 1994; *Pedagogia da presença*, 1997); Maria Stela Graciani (em *Pedagogia social de rua*, 1997); Geraldo Caliman com suas pesquisas com os adolescentes trabalhadores no Brasil (*Desafios riscos*

desvios, 1998) e na Itália (*Normalità devianza lavoro*, 1995) (apud SOUZA NETO; SILVA; MOURA, 2009).

Paulo Freire parece trabalhar também com um conceito de educação social, embora não o explicita abertamente; e ele a entende enquanto orientada à mudança social. Mas não tanto uma mudança das estruturas, mas uma mudança na mentalidade de pessoas, uma “emancipação” dos “oprimidos”, para que se libertem de visões de mundo que reproduzem situações de opressão (FREIRE, 1970). Na verdade ele não teoriza uma pedagogia social, mas com sua prática conseguiu influenciar o estilo de fazer educação social no Brasil. Um dos aspectos no nosso entender mais significativos da pedagogia de Freire refere-se ao que podemos denominar como capacitação dos indivíduos à administração dos riscos vividos por eles. Seu método de alfabetização focaliza a tomada de consciência dos riscos vividos para que saibam administrar os conflitos aos quais são submetidos. Os riscos sociais não podem ser simplesmente extirpados da realidade cotidiana das pessoas. Daí a importância de entendê-los não como fruto do destino (situação na qual a pessoa torna-se passiva diante das forças sociais), mas como fruto da história, cheia de significados, muitos deles advindos de ideologias cristalizadas. O processo de conscientização leva à compreensão do mundo, e esta à indignação provocadora da necessidade de mudanças. Nessa linha é que podemos identificar a pedagogia da esperança de Freire: o “inédito viável” como mito que leva à realização da meta de transformação da realidade criadora de riscos e conflitos. A motivação central para Freire é a esperança. Não se pode perder a esperança: a desesperança representa o imobilismo, a quietude, a estagnação (SCOCUGLIA, 2009).

Construindo uma rede de educação social

Observamos, mais que tudo, a mudança na tendência ao atendimento às crianças e adolescentes nas últimas décadas. Sobretudo a partir dos anos 1960 aconteceram profundas mudanças metodológicas. O que queremos ressaltar no presente momento são as características dessa mudança: ela nasce do recrudescimento das necessidades, conflitos, urgências, com consequente resposta institucional a tais situações que requerem uma ação organizada; constata-se um aumento do número de instituições socioeducativas; conseqüentemente cresce o número dos educadores sociais envolvidos; nota-se uma diversificação na tipologia ou modalidades de atendimento;

acontecem grandes mudanças metodológicas, com a reformulação dos projetos educativos de programas antigos baseados no assistencialismo e na ação caritativa; cresce também a demanda por formação específica no âmbito da educação social. A própria escola, sob delegação da família e da sociedade, e pressionada por contextos socialmente conflituais, passa a assumir tarefas pertencentes à demanda socioeducativa mais que à demanda propriamente didática de ensino-aprendizagem. Emerge então a pergunta: e quem pensa no educador social, que atua nessas realidades?

O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença social. Tem sua atuação preferencial com os chamados “excluídos” da sociedade e que nem sempre estão inseridos nas instituições educacionais mais regulares como a família e a educação. Os educadores sociais aprendem métodos, técnicas e conteúdos educacionais a partir da própria prática e da reflexão contínua sobre ela. Nem todos eles possuem oportunidade de formação e muito menos de obter uma titulação para ser um educador profissionalmente reconhecido. E mesmo os que a possuam necessitariam de um investimento em formação para superação de uma condição profissional indefinida e em alguns casos à mercê da exploração.

Muitos são os educadores sociais que, embora motivados na sua origem, a) se sentem desprovidos de meios e categorias para interpretar a situação das crianças, adolescentes e jovens em situação de risco; b) privados de recursos educativos são capazes de responder a tais desafios apresentados pela realidade e c) ainda mais, necessitados de discernir os indicadores são capazes de ajudá-los na avaliação permanente de sua ação educativa.

As obras salesianas no Brasil desenvolvem um grande volume de atividades educativas dirigidas para a juventude empobrecida e de periferia, em situação de risco pessoal e social. Essas instituições estão organizadas em torno da Rede Salesiana de Ação Social (Resas), que engloba aproximadamente 100 mil crianças, jovens e adolescentes assistidos e 4 mil educadores identificados como “educadores sociais”.

A Resas conta com profissionais contratados e educadores voluntários. Ambos, contratados ou voluntários, são educadores sociais. A profissão do educador social já é reconhecida em boa parte dos países europeus e somente agora um grupo de pesquisa, que se reúne em torno dos Congressos

Internacionais de Pedagogia Social, busca um caminho para a definição e reconhecimento dessa figura profissional no Brasil.

Dessa distinção, uma pesquisa preliminar com os educadores sociais identificou três âmbitos para os quais uma ação de reflexão e de apropriação do conhecimento podem ser de ajuda: o sociológico e interpretativo; o pedagógico e metodológico; e o da legislação, políticas, avaliação e gestão das instituições e das ações educativas. É em torno dessas áreas que se articulam os objetivos de uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Social que nos referiremos a seguir.

A presença de tais educadores em todo o território brasileiro representa um desafio que requer uma resposta abrangente, extensiva e compreensiva dos diferentes educadores sociais em seus diferentes níveis de escolaridade. Por isso a proposta de oferta do curso se deu na modalidade de educação a distância respondendo a esses desafios, por meio da aproximação e promoção da interação entre dos diversos educadores sociais, convidados a construir e sistematizarem coletivamente sua prática pedagógica cotidiana.

Se em um primeiro momento o curso foi desenhado sob uma demanda corporativa, destacamos que dada a relevância social e acadêmica do mesmo, ele deverá adequar-se para atender a um público mais amplo.

Formação de educadores sociais na modalidade ensino a distância

O objetivo geral do Curso de Especialização a Distância em Educação Social é o de formar educadores sociais possibilitando a reflexão e o desenvolvimento de competências conceituais e metodológicas que contribuam para uma efetiva intervenção socioeducativa na realidade infanto-juvenil.

O público-alvo é composto por educadores de instituições socioeducativas com formação superior em qualquer área do conhecimento. Considerando que a primeira versão do curso responde a uma necessidade corporativa da Rede Salesiana de Ação Social, os participantes são dirigentes de instituições socioeducativas que trabalham na área gerencial, pedagógica e administrativa. Em um segundo momento o curso será aberto e adaptado ao grande público.

A carga horária obedece às características do ensino a distância. A Pós-Graduação em Educação Social é um curso desenvolvido em ambiente virtual, composto por atividades práticas e teóricas, que favorecem as

reflexões sobre a prática. O curso totaliza 436 horas, assim distribuídas: 420 horas, correspondentes às seis Unidades de Estudo Autônomo (UEAs), incluídas as 60 horas da UEA destinada à orientação para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); 16 horas referentes aos encontros presenciais de abertura e de encerramento.

Em virtude da flexibilidade de espaço e de tempo propiciadas pela modalidade de educação a distância, não há delimitação de turnos. O acesso aos conteúdos e às ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem pode ser realizado a qualquer hora, pois se encontram disponíveis *on-line* 24 horas por dia.

Metodologia

O objetivo da pesquisa foi de identificar, a partir da percepção dos educadores sociais, quais as competências que eles julgam necessárias para o bom desempenho do exercício da profissão de educador social.

Existem inúmeros autores, especialmente os europeus, que identificam tais competências. A literatura brasileira não é extensa, mas Romans, Petrus e Trilla (2003) é um deles. A proposta da pesquisa tende a identificar tais competências dentro da práxis sociopedagógica que acontece no Brasil, e segundo a percepção e perspectiva de quem está envolvido quotidianamente em tal prática.

O objeto da pesquisa utiliza-se de textos produzidos pelos participantes do curso, chamados de “sistematização da aprendizagem”, em que eles expõem quais competências deveria ter um candidato para que fosse aceito como educador social em sua instituição.

Foram analisadas “sistematizações” de 30 alunos. Com o objetivo de preservar suas identidades, as sistematizações foram numeradas de 1 a 30. E dentro de cada uma dessas sistematizações foram identificadas as respectivas competências por meio de variáveis também identificadas por letras, no tipo 1A, 26C, etc. Assim, para o relatório a seguir, convencionou-se o número como identificador do aluno; e a letra como identificador da variável.

Competências do educador social

Esta seção apresenta os resultados da análise das participações dos alunos do curso de especialização em Educação Social. Na “Sistematização

da Aprendizagem” os alunos deveriam identificar e definir as competências necessárias ao trabalho em instituições socioeducativas.

Competências requeridas

A análise das manifestações dos alunos, obtida a partir das frequências de citações, culminou com o agrupamento em treze competências essenciais que representam o conjunto de conhecimentos, habilidades, qualidades e competências como pressupostos requeridos para um educador social. Tais competências foram classificadas segundo um critério de afinidade e são as seguintes:

Capacidade e facilidade de trabalhar em equipe: organizar; exercer liderança; saber tomar decisões.

Capacidade de elaboração e gestão de projetos educativos: acompanhar e avaliar projetos e programas sociais; intervir no projeto educativo; elaborar e coordenar programas e projetos sociais; organizar e planejar; saber construir a sua metodologia de trabalho, de acordo com o contexto onde vai atuar; relacionar com diversas áreas disciplinares/interdisciplinaridade; acompanhar e intervir no projeto político pedagógico da escola; programar projetos de inclusão social.

Formação e fundamentação teórica: compreender níveis de especializações para saber tratar de grupos em situação de ruptura social; qualificar-se profissionalmente; compreender os conceitos de Pedagogia Social; buscar a formação continuada; estar sempre atualizado, participar de cursos e seminários; buscar a formação em educação e psicologia.

Criatividade: ser dinâmico, inventivo, pró-ativo.

Capacidade de mediação: na solução de conflitos e diferenças; habilidade de trabalho com indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Experiência e habilidade com adolescentes/juventude: conhecer a realidade juvenil; promover ações que visem ao desenvolvimento, à organização e à participação juvenil; incentivar o protagonismo juvenil, atividades de animação, eventos, festas, gincanas; trabalhar o aluno agressivo junto com a família; demonstrar aptidão e habilidade para trabalhar com crianças e jovens, experiências educativas, profissionais e competência interpessoal.

Compreender a realidade social: dispor de uma boa compreensão de mundo; compreender a realidade do País; compreender as novas necessidades

sociais; fazer a análise crítica das realidades diversas; conhecer a realidade ampla e específica onde os atendidos estão inseridos.

Comunicação e adaptação: ser comunicativo; demonstrar facilidade de expressar-se, adaptação a novas situações, flexibilidade, equilíbrio, maturidade psíquica, capacidade de diálogo.

Conhecimento da legislação: conhecer as leis vigentes: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); compreender o universo das ONGs; conhecer as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

Relação de cuidado e tratamento: ajudar, ter amor pelo próximo, interessar pelo bem-estar do outro; ter capacidade de escutar, compreender o não dito por palavras, ter tolerância e disponibilidade diante dos outros, afetividade e carinho, capacidade de convivência, relacionamento com os outros alunos e família, compreensão, paciência e cuidado.

Compromisso sociotransformador: demonstrar capacidade de intervenção social; ter disposição para a solidariedade, compromisso com as políticas públicas, orientação pela necessidade de transformação social; interesse pela causa social, preocupação com o trabalho preventivo.

Respeito pela diversidade: multiculturalidade; respeito pelas diferenças; capacidade de trabalhar com as diferenças sociais.

Matrizes dos valores morais-religiosos: acreditar na educação como sacerdócio, acreditar que educação é coisa do coração; ter responsabilidade profissional; vocação, amor pela educação; compreender a educação como valores em defesa da vida; trabalhar a integralidade do ser humano; ter uma compreensão holística e valores éticos, religiosidade/espiritualidade, experiência de vida religiosa e sensibilidade religiosa.

O exame das competências indicadas pelos alunos permite agrupá-las sob três dimensões essenciais: a Dimensão Humana ou Ontológica (do ser humano), a Dimensão da Formação Técnico-Profissional ou Epistemológica (do conhecimento), e a Dimensão Político-Pedagógica ou Práxis (da ação).

Dimensão Humana ou Ontológica

Compreende as competências: criatividade; comunicação e adaptação; relação de cuidado e tratamento; respeito pela diversidade; e matrizes dos valores morais-religiosos.

Essas ideias ficam evidentes no texto do aluno 9L: “[...] Contribuir para a formação pessoal do adolescente, em uma perspectiva voltada ao

exercício da exigência de direitos, da cidadania e de ‘valores humanos’, por meio da cultura do cuidar, enquanto ser social-político” (9L).

Segundo essa dimensão, o educador social, além de cuidar das pessoas, tem de ter habilidades e competências inventivas, comunicativas, pró-ativas, pois a capacidade de estabelecer diálogo está diretamente associada à capacidade de adaptação às novas situações, bem como, a flexibilidade e maturidade psíquica para solucionar situações complexas e tensas. Para o aluno 23F é necessário ter “[...] capacidade de discernimento na ação educativa; atitude crítica permanente; equilíbrio diante das situações complexas e/ou de extrema gravidade” (23F, extraído do fórum Perfil do Educador Social).

São também imprescindíveis no exercício de sua profissão o respeito pela diversidade e a multiculturalidade; boa compreensão do mundo e capacidade de trabalhar com as diferenças sociais. Reafirma o aluno 6C: “Deve respeitar as diferenças, compreender que cada um tem uma visão de mundo e seu momento”. (6C).

Outro ponto abordado pelos alunos está relacionado aos valores morais e religiosos. O ser humano é percebido como uma centelha da criação relacionando-se com a esfera do sagrado e do místico. Na referência aos valores morais é significativa a síntese expressa na afirmação do aluno 20G: “Presença, espiritualidade, bondade, paciência, dedicação e comprometimento com a causa”. (20G).

Esses valores são indispensáveis, pois darão sustentação à Dimensão Ontológica: acreditar que é possível educar para libertar, que há sempre uma possibilidade, que é necessário alimentar a esperança e apostar nas pessoas.

Permeando os valores expostos na Dimensão Ontológica, transparece a concepção de que a educação é vocação, responsabilidade profissional, compromisso profissional que requer amor incondicional pela educação. E é este amor que conduz à convicção de que é necessário sempre acreditar no ser humano. Isso aponta para uma visão utópica ou mesmo idealizada da educação, como diz o aluno 22F: “[...] Sou comprometida, responsável pelas minhas ações e o meu papel na instituição. Tenho iniciativa. Sou criativa, dinâmica, comprometida, participativa e amo o que faço. [...] Educação é coisa do coração”.

Essas competências da Dimensão Humana ou Ontológica (criatividade, comunicação e adaptação, relação de cuidado e tratamento, respeito pela diversidade, educação como sacerdócio, valores morais e valores religiosos)

ainda apontam para outras exigências. Faz-se necessário compreender o ser humano de forma holística, abarcá-lo em todas as suas interfaces (moral, religiosa, cultural, social, política, etc.). Transparece levemente internalizada nos comentários dos alunos a noção de que a Dimensão Ontológica seria algo inato. As pessoas nasceriam com o dom de educador social.

Dimensão da Formação Técnico-Profissional ou Epistemológica

Se o aluno compreende que a Dimensão Ontológica situa-se no campo do inato, da vocação, do sacerdócio, o mesmo não se pode afirmar quanto à Dimensão Epistemológica, pois esta se configura no campo da conquista de uma identidade profissional.

Entende-se esta dimensão como sendo aquela que agrega as competências de formação e fundamentação teórica, conhecimento da legislação, capacidade de elaboração e gestão de projetos educativos, e capacidade de mediação.

Levando em consideração o que foi apresentado no fórum Perfil do Educador Social, os alunos indicaram como elementos de formação, os níveis de especializações para saber tratar de grupos em situação de ruptura social, a qualificação profissional e formação continuada, a capacidade de elaboração e coordenação de projetos e programas sociais, organização e gestão, acompanhamento e intervenção no projeto político-pedagógico da escola, compreensão dos conceitos de Pedagogia Social, a formação em metodologia de educação popular, e o esforço em buscar a atualização por meio da participação em cursos e seminários. Este conjunto ganha forma na afirmação do aluno 26C: “[...] A formação continuada para o educador social é um fator fundamental no desempenho de suas atividades [...], pois devem estar sempre atualizados, para que não perca de vista seu objetivo maior, além de educar” (26C, extraído do fórum Perfil do Educador Social).

Somando-se à formação teórica, há também a afirmação da necessidade de se conhecer a legislação, como por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a compreensão do universo das Organizações Não Governamentais (ONGs), e conhecer as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. De certa forma completa o entendimento do “estar sempre atualizado”.

Outra indicação é a capacidade de mediação que se traduz, na percepção dos alunos, na solução de conflitos e diferenças e a habilidade de trabalho com indivíduos em situação de vulnerabilidade. Isso se afirma na

fala do aluno 2A: “Saber compreender a demanda ou emergência [...] tomar decisões e mediar conflitos” (2A). Da mesma forma isto é retomado por outro aluno que declara ser necessário saber “lidar com conflitos e diferenças, a disposição para a colaboração e para a solidariedade” (10F).

Dimensão Político-Pedagógica ou Práxis

A Dimensão da Práxis está relacionada às competências de capacidade e facilidade de trabalhar em equipe, compromisso sociotransformador, experiência e habilidade no trato com adolescentes e jovens, e compreensão da realidade social. São consideradas importantes requisitos as habilidades de organização, liderança, saber tomar decisões, capacidade de intervenção social, compromisso com as políticas públicas, orientação para a necessidade de transformação social e o engajamento nas causas sociais.

Neste campo da prática interventiva são fortes os valores relacionados com o compromisso sociotransformador, o olhar voltado para a juventude, a promoção da inclusão social e o exercício da cidadania. É neste momento que o educador social busca “libertar” as pessoas, ser o promotor da “boa nova” – um mundo melhor, equilibrado, com bem-estar, proporcionando ao educando a possibilidade de sonhar.

Outras características ainda são inferidas, tais como o sentido de coletividade, integração social, reconstrução de vidas, conhecimento da realidade juvenil, promoção de ações que visem ao desenvolvimento, à organização e à participação juvenil. Também se necessita compreender a realidade do País, compreender as novas necessidades sociais, e conhecer a realidade ampla e específica onde os atendidos estão inseridos. Todas estas características estão diretamente relacionadas a esta dimensão. Em boa parte isso é reiterado pela fala do aluno 15A: “Em uma obra social considero extremamente importante o amor pelo próximo, o interesse pelo bem-estar alheio”. (15A).

Poder-se-ia considerar essa dimensão como região de conflito, onde se dão os embates do ser, do conhecer e da prática. Aqui ocorre o processo dialético daquilo que é apreendido como realidade, de como se atua nesta realidade percebida e principalmente como esta realidade é reconstruída. A ação na Dimensão Práxis não se configura como uma ação qualquer, mas uma ação motivada e preenchida pela reflexão, uma ação efetivamente pensada: ação-reflexão-ação.

Esta dimensão se coloca como sendo a síntese do processo dialético, pois se configura permanentemente como um processo de construção e reconstrução do perfil do educador social. O cursista-aluno resume bem essa ideia: “[...] Para ser um educador social não basta somente conhecimentos específicos, práticos e conhecimentos teóricos, é necessário ter vocação, amor pela prática” (26C).

Quadro 1 – Dimensões e respectivas competências

DIMENSÕES			
COMPETÊNCIAS	Ontológica	Epistemológica	Práxis
	Criatividade	Capacidade de elaboração e gestão de projetos educativos	Capacidade e facilidade de trabalhar em equipe
	Comunicação e adaptação	Formação e fundamentação teórica	Compromisso sociotransformador
	Relação de cuidado e tratamento	Capacidade de mediação	Experiência e habilidade com adolescentes e jovens
	Respeito pela diversidade	Conhecimento da legislação	Compreender a realidade social
	Matrizes dos valores morais-religiosos	-	-

Ampliando um pouco mais a visão, poder-se-ia apresentar o seguinte esquema: a vocação como Dimensão Ontológica (tese), o conhecimento teórico como Dimensão Epistemológica (antítese), e o amor pela prática como Dimensão Práxis (síntese). Dessa forma se entende a Dimensão Ontológica como sendo a tese, por estar relacionada à incompletude humana, a Dimensão Epistemológica como antítese, pois, por meio do conhecimento, pode-se ampliar o horizonte humano, minimizando o sentido de ser inacabado, e a Dimensão Práxis como síntese, pois resulta nas forças que unem e separam as duas outras dimensões. Ou seja, o resultante prático das tensões impostas pelo ser humano é o conhecimento, produzindo uma realidade ou síntese nova do educador social.

Considerações finais

O curso de especialização em Educação Social, patrocinado pela Rede Salesiana de Ação Social no Brasil, tem apresentado contribuições relevantes

em relação à formação e aperfeiçoamento de indivíduos que se dedicam à prática da Educação Social, seja por voluntarismo, seja por profissão. A avaliação dos estudantes indica um acerto na proposta do curso, seja como instrumento de divulgação da Educação Social, ou como um caminho importante para a produção de intervenções efetivas no processo de violência e vitimização em que jovens e adolescentes se veem envolvidos, qualificando a prática de todos aqueles que se compreendem como educadores sociais.

Além disso, o curso também parece se comportar como uma importante ferramenta de formação, ampliação e fortalecimento da rede de educadores sociais. Busca colocar seus alunos em contato direto com pessoas, contextos, métodos e técnicas que têm a Educação Social como a essência de seus trabalhos, seja ela de natureza acadêmica ou prática, possibilitando-lhes unir às suas experiências prévias, as novas possibilidades que o curso e suas relações oferecem.

Considerada a relevância da Educação Social enquanto prática contributiva para o processo de construção de cidadania em um contexto democrático de desenvolvimento, seria interessante que autoridades governamentais pudessem adotá-la como prática regular em seus âmbitos de intervenção e ação, sejam municipais, estaduais e/ou federais. Nesse sentido, transformar a Educação Social em uma atividade profissional reconhecida e regulamentada; transformá-la, enquanto ação socioeducativa, em objeto de políticas públicas e, portanto, merecedora de financiamentos públicos para a formação de profissionais e implantação da educação não formal em subsidio à educação formal, seria um importante objetivo a ser perseguido.

Em relação às dimensões e categorias de análise que aqui se propôs, entende-se que a Dimensão Ontológica representa o ser humano, ou a matriz humana. Esta dimensão acentua a máxima do pensamento filosófico grego do “conhece-te a ti mesmo”, e é desta ampliação do ser humano que o educador social retira forças para acreditar, para compreender que nada é impossível e que tudo é possível, isso fundamentado principalmente na convicção da possibilidade de participar, da transformação de pessoas e de realidades opressoras. E a ação socioeducativa constitui-se em um instrumento dessa transformação.

A Dimensão Epistemológica configura-se no campo do conhecimento, da instrumentalização, do aperfeiçoamento. Por meio de oportunidades, instrumentos e técnicas de formação, o educador social cria capilaridade,

tece significativa rede de capacidade cognitiva que irá ajudá-lo na prática a criar condições para o exercício da profissão de educador social.

A Dimensão da Práxis configura-se como assunção do *logos*, o verbo, a palavra, isto é, a ação. É no terreno da prática onde ocorre a observação participante, a possibilidade de inversão ou reversão. É neste solo que se dá o arrefecimento ou aquecimento do ser, das teorias, da episteme. É espaço de experimentação, de novo avivamento que leva à sinergia indivíduo e/ou coletividade. Local também de reflexão da prática do educador social.

Torna-se imprescindível considerar a riqueza de ideias e percepções sobre o educador social, expressas pelos alunos na dinâmica intitulada “Sistematização da Aprendizagem” da disciplina “Panorama e Contexto da Educação Social”. É mister compreender as dimensões aqui estabelecidas, suas identidades, complexidades e interdependências, mas acima de tudo suas interações. Dessa forma pode-se vislumbrar e deduzir que o perfil do educador social se constrói na interação dos conjuntos de aptidões (inato) – Dimensão Ontológica, de saberes (conquistado) – Dimensão Epistemológica, e do que é construído (atitudes) – Dimensão Práxis.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27834-27841.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. *Profissão: educador social*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SCOCUGLIA, A. C. A pedagogia social de Paulo Freire como contraponto da pedagogia globalizada. In: SOUZA NETO, João Clemente; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. p. 225-239.

SOUZA NETO, J. C.; SILVA, R.; MOURA, R. (Org.). *Pedagogia social*. São Paulo: Unesco; Expressão e Arte. 2009.

Capítulo 12

CLIMA E VIOLÊNCIAS ESCOLARES: SOLUÇÕES SIMPLES FAZEM A DIFERENÇA¹

Adriana Lira
Cândido Alberto Gomes

Em pleno século XXI, as violências estão a ocorrer de forma cada vez mais frequente e intensa no ambiente escolar, tornando-se um dos principais desafios das escolas da Capital Federal e do Brasil, ainda representando uma incógnita para os pesquisadores da área educacional. O crescente número de investigações realizadas ao longo dos anos, sob variados enfoques, sugere que as violências tomam dimensões maiores, carecendo, por essas razões, identificar porque parte das escolas não atinge seus objetivos no processo de superação dessas violências. No entanto, definir a violência é tarefa difícil entre os pesquisadores pelo seu caráter relativo e mutável, dependendo do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros elementos que lhe atribuem caráter de dinamismo.

Nos últimos tempos vêm se desenvolvendo novos paradigmas da violência, pelos significados que assumem, ampliando o seu conceito e incluindo eventos que passam por práticas costumeiras nas relações sociais. Assim, pode-se afirmar que a definição está em constante aprimoramento. Contudo, não se pode deixar de ter uma opinião sobre as formas inaceitáveis

¹ Pesquisa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB), realizada como forma de aprofundamento dos dados de investigação executada pela Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília (LIRA, 2010).